

Apresentação

Osmundo Pinho
(UFRB/ABA)

Nos dias 24 de abril, 7 de julho e 6 de outubro de 2023, a diretoria da Associação Brasileira de Antropologia promoveu a realização de três webinários sobre temas conectados pelo horizonte comum da descolonização do ensino de Antropologia na graduação. Os três temas foram “África e diáspora”, “Povos indígenas” e “Periferia”. O que motivou a realização dos webinários foi o entendimento de que profundas, e bem-vindas, transformações processam-se no ensino superior brasileiro de um modo em geral e, em particular, nos cursos de Ciências Sociais, e de Antropologia, de um modo mais específico, em virtude da história da disciplina no Ocidente, e do campo, no Brasil. Essas transformações refletem a nova realidade do perfil racial e de classe dos estudantes, em primeiro lugar, assim como a expansão do ensino superior federal no Brasil, em segundo. O primeiro aspecto refere-se às políticas de ação afirmativa racial para o acesso ao ensino superior, que mudaram radicalmente a composição sociológica, digamos, das universidades públicas, mas que ainda não produziram todos os efeitos epistemológicos desejados. No segundo caso, a criação de universidades federais no interior do país, no Nordeste e no Norte, e na periferia das grandes cidades do Sudeste, abriu espaço para uma recomposição do corpo docente, também em termos raciais e de classe. Ambos os fenômenos tratados aqui desde diversos pontos de vista e locações regionais. Esses processos trouxeram novas demandas e novos desafios, reacenderam velhas tensões, tão velhas quanto a formação da sociedade nacional moderna, vale dizer, pós-escravista e republicana. E tão velhas como a formação do

campo acadêmico brasileiro, acostumado à exclusão racial e à objetificação de “outros culturais”, negros, pobres e indígenas, como abordado por diversas contribuições aqui presentes.

Esse conjunto de fatores, novas configurações e transformações vividas no cerne das instituições acadêmicas tradicionalmente voltadas à formação das elites técnicas, intelectuais e políticas do país obrigam a enfrentar de modo resolutivo a emergência de um amplo conjunto de demandas e contradições. A presença física de milhares de jovens originários de comunidades populares, favelas, quilombos, terras indígenas implica em desafios materiais bem específicos, ligados à permanência, ao acolhimento, a políticas institucionais. Mas, de um ponto de vista mais substantivo, mais conectado à própria reprodução de padrões científicos, de revisões metodológicas. Subversões epistemológicas, políticas intelectuais e educacionais também sugerem uma perspectiva de transformações radicais, que se referem, como apontado aqui por diversos autores, a alterações nos currículos e nas práticas pedagógicas e a uma nova compreensão da relação entre pesquisa, ensino e extensão, assim como a uma interpelação aguda e crítica dos padrões e das rotinas do trabalho científico e do significado do produzir conhecimento em uma sociedade pós-colonial, estruturada pela antinegritude e instituída sobre o genocídio. E, principalmente, a como transmitir e construir conhecimento na sala de aula, com esses novos sujeitos, que sempre estiveram em cena, apesar de muitas vezes negados, fetichizados ou obstruídos

Nesse sentido, três grandes temas foram considerados para abordar essa discussão, como informei, justamente três temas, que, em certo sentido, correspondem à experiência de supressão ou objetificação historicamente registrada. “África e diáspora”, “Povos indígenas” e “Periferia”, como temáticas abrangentes, correspondem, podemos ver, a três sujeitos sociais que adentram a universidade e tomam de assalto as prerrogativas institucionais, teóricas e metodológicas de uma nova possível Antropologia brasileira que, justamente, reflita essas transformações, encarnadas nesses três sujeitos, pretas/pretos/pretes, indígenas e pobres/periféricos. Como a

invasão desses nem sempre doces bárbaros implica, não há só novos desafios institucionais, abordados aqui, mas justamente a necessidade de novas abordagens pedagógicas, nova inventividade metodológica, renovado compromisso político.

Para os três webinários, contamos com a participação de pesquisadores e pesquisadoras, professoras e professoras de diversas regiões do país, com certa ênfase na visibilização da experiência no Norte, no Nordeste e na periferia do sistema universitário brasileiro de um modo em geral, justamente porque entendemos essa localização como um front privilegiado para todas essas questões. Convidamos também colegas com experiência e perspectiva internacional, visto que parte das questões relevantes tem ressonância e articulação efetivamente transnacionais, como aquelas relativas a indígenas ou à diáspora africana, como desenvolvido em algumas das intervenções. Assim, por fim, o que apresentamos aqui são as reflexões transcritas presentes naquelas três sessões.

No webinário “África e diáspora”, contamos com a contribuição de Gilson José Rodrigues Júnior, que avança a noção de “corpos não modernos” para discutir os impasses da Antropologia brasileira; de Luena Nascimento Nunes Pereira, que oferece uma interpelação densa sobre o caráter colonial da nossa disciplina, levando em conta sua experiência na África; de Messias Basques, que apresenta um panorama da composição racial da universidade brasileira e de seus efeitos nas políticas acadêmicas; de Sônia Beatriz dos Santos, que põe ênfase na práxis de mulheres negras como alternativa descolonizante para a Antropologia. No webinário “Povos indígenas”, participaram Florêncio Vaz, que traz a experiência institucional da Universidade do Oeste do Pará na abordagem desse esforço descolonizante; a antropóloga guatemalteca Irma Velásquez Nimatuj, que, de uma perspectiva latino-americana, enfatiza a luta por memória, no escopo da descolonização da Antropologia; Rosilene Tuxá, que discute com precisão a correlação entre a (sub)cidadania indígena e a exclusão epistemológica; e Tonico Benites, que contribui com importantes questões para o debate. Por fim, no webinário “Periferia”, coordenado por Paulo Victor Leite

Lopes, encerramos a série com a participação de Jacqueline Britto Pólvara, que traz para esse debate a experiência da UNILAB, *campus* Redenção; de Jacqueline Lima Santos, que do Ceará nos leva até São Paulo para conhecer e aprender com a pedagogia hip hop; Jaime Amparo-Alves e a radical antevisão de uma Antropologia fanoniana como salvação para nossa disciplina; e de Juliana de Farias Mello e Lima, que, a partir de uma Antropologia do Estado, questiona esse conjunto de problemas.

Para a edição desses webinários, optamos por manter o tom coloquial e o estilo oral, em certo sentido mais informal, presente nas apresentações realizadas. Nesse sentido, transcrevemos as falas realizadas a partir dos vídeos, que, após revisão, estão sendo aqui publicadas. Com exceção de três autores que enviaram versões escritas de suas apresentações. Ainda assim, não se perde em absoluto o tom mais casual, ou vivo, presente inclusive nas discussões que também foram transcritas e estão aqui incluídas. Acreditamos que essa escolha é coerente com a própria proposta e perfil da publicação, qual seja, um diálogo com o ensino de graduação, a intenção de colocar-se como instrumento prático em sala de aula e como um material de referência. Por outro lado, essa escolha parece coerente também com a própria perspectiva descolonizante, haja vista a importância da oralidade para a experiência negra/africana, indígena e mesmo periférica, como a importância e a vitalidade da música rap exemplificam de modo incontornável. Assim, esperamos também que a leitura seja leve e agradável, apesar dos temas às vezes duros.

Por fim, nos cabe agradecer. Nem os webinários nem esta publicação seriam possíveis sem a ajuda de muitas pessoas. Primeiro, agradecemos aos colegas nomeados anteriormente, que aceitaram o convite para os webinários e apostaram também nesta publicação, com muita generosidade. As falas foram transcritas por estudantes da UFF e da UFMG, e agradecemos, nesse sentido, a Isadora Andrade Jammal, Yasmin Buarque Tenório e Ana Terra Catanzaro da Rocha Leão. Agradecemos também a Andrea Zhouri e a Deborah Bronz pela intermediação. A equipe de comunicação da ABA teve, como sempre, atuação exemplar e decisiva, portanto, agradeço a Denise

Jardim, Roberto Pinheiro, Matheus Gonçalves França e Carol Parreiras. Agradecemos do mesmo modo a Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA (CELCA), na pessoa de Tânia Welter. Por fim, a Fundação Ford, que apoia esta publicação por meio do projeto Territorialidades, Meio Ambiente, Violência Estatal e Direitos Humanos.